

Primeiro semestre tem alta de casos de violência contra mulher

Número de denúncias na região ficou acima do registrado no ano passado; especialistas atribuem aumento a campanhas de conscientização

THAINÁ LANA
thainalana@dgabc.com.br

“É uma vida de medo. Tenho medo de sair para ir trabalhar e não voltar para casa”. O desabafo é da moradora de Diadema, 34 anos, (que terá seu nome preservado por questão de segurança) e que sofreu ao longo da vida com diversos tipos de violência, como física, sexual e psicológica. Os traumas deixaram sequelas na sua rotina e hoje ela apresenta dificuldades em se relacionar com outras pessoas, receio de andar sozinha na rua, ansiedade, dificuldade para dormir, entre outras consequências ocasionadas pelos episódios de violência.

Pelo menos 500 moradores do Grande ABC se identificam com o relato citado acima. O primeiro semestre deste ano fechou com alta no número de denúncias de violência doméstica, familiar, entre outras, contra mulher na região, no total foram 505 ocorrências contra 494 registradas no mesmo período do ano passado, segundo dados do Disque 100, do

governo federal – os casos podem ser ainda maiores se considerarmos outros índices oficiais como o número de ocorrências policiais, por exemplo.

Dos registros contabilizados neste ano, 92% das denúncias estão ligadas a violência psíquica, como ameaça ou coação, constrangimento, difamação, exposição, tortura psíquica, entre outras práticas. Enquanto 65% das ocorrências foram registradas como violência física, agressão, exposição de risco à saúde, lesão corporal e maus-tratos – a soma supera os 100% porque alguns casos podem conter ambas violações. Outro dado alarmante é a frequência em que ocorrem as violências: 51% foram diariamente e apenas 15% ocorreu uma única vez.

Se por um lado o aumento de denúncias mostra a crescente violência contra mulheres na região, por outro a alta de notificações pode ser associada como efeito de campanhas de combate e enfrentamento a violência de gênero, conforme atribuem a professora de políticas

públicas da UFABC (Universidade Federal do ABC), Alessandra Teixeira, e a presidente do conselho gestor do programa Casa Abrigo do Consórcio Inter-municipal do Grande ABC, Maria Aparecida da Silva. As especialistas destacam que as vítimas estão mais informadas sobre os diferentes canais de denúncias e estão utilizando os meios para tentar interromper os ciclos de violência.

“A alta de casos pode ser associada a diversos fatores predominantes como o desmonte de serviços de enfrentamento e acolhimento das vítimas de violência, precarização desses espaços, baixa destinação de recursos para políticas públicas e órgãos de combate a violência, além, claro, do impacto da pandemia da Covid-19, que agravou as crises social e econômica e gerou maiores dificuldades de convivência e organização familiar”, pontua Alessandra Teixeira, docente da UFABC.

Usuária do Vem Maria, Centro de Referência da Mulher de Santo André, e vítima de violência de gênero, Ivani Bueno utiliza sua vivência para ajudar outras mulheres a enfrentarem a violência na região. Ela é conselheira do direito da mulher na Prefeitura de Santo André e PLP (Promotora Legal Popular), onde auxilia outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando elas sofrem algum tipo de violação dos seus direitos.

“As políticas públicas ainda são insuficientes tanto para enfrentar esse tipo de violência como para acolher as vítimas. É necessário investir e destinar recursos públicos para combater a prática, ao invés de legalizar a violência como ocorre por parte de alguns gestores”, declara Ivani.

SERVIÇOS DE ACOLHIDA

A região conta com dez casas de acolhimento, entre centros de referência da mulher, Creas (Centro de Refe-

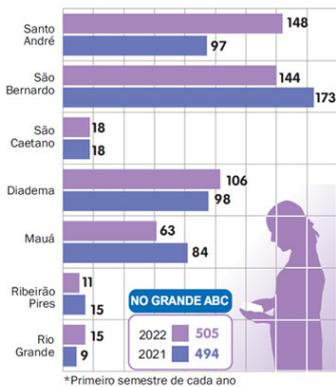
rência Especializado de Assistência Social) e Caipimes (Coordenadoria de Apoio a Instituições Públicas), segundo informou a presidente do conselho gestor do programa Casa Abrigo, Maria Aparecida da Silva. A gestora ainda ressalta que desse total, dois espaços são regionais mantidos pelas sete prefeituras e que recebem mulheres sob risco iminente de morte, (os endereços não são divulgados por questão de segurança). Além da proteção, os abrigos ofertam atendimento psicossocial, de saúde, geração de emprego e encaminhamento jurídico às mulheres.

Denúncias de violência contra mulher podem ser feitas nos telefones Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher); Disque 100 (Direitos Humanos) e 190 (Polícia Militar). A ligação é gratuita e os serviços funcionam 24 horas.



DENÚNCIA. País conta com diversos canais para denunciar casos

OS NÚMEROS NO GRANDE ABC



Fonte: Plataforma Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Agência/Editoria da arte

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1